



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
SECRETARIA NACIONAL DE BIOECONOMIA  
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO GENÉTICO

ATA DE REUNIÃO

**COMITÊ GESTOR DO FUNDO NACIONAL PARA A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS - CG-FNRB**

Ata da 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - CG-FNRB, realizada no dia 11 de março de 2026

**Aos 11 dias do mês de março do ano de 2026**, às 09:00 horas, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, realizou-se a 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (CG-FNRB), sob a presidência da Sra. Ana Luiza Arraes de Alencar Assis, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e com o comparecimento dos seguintes **membros: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)** Ana Luiza Arraes de Alencar Assis (2º Suplente); **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome** – Naiara Andreoli Bittencourt (Titular); **Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI)** – Bruno Cesar Prosdociami Nunes (1º Suplente); **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)** – Amanda Bartolomeu Santos (1ª Suplente); **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)** Natália Guerra Brayner (Titular); **Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)** - Raimundo Nonato Pereira da Silva (Taata Konmannanjy) (Titular); **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)** – Lidenilson Sousa da Silva (Titular) e Elizete Maria da Silva (Titular); **Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)** – Cristiane Gomes Julião (Julião Pankararu) (Titular); **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)** - Antônio Adevaldo Dias da Costa (1º Suplente); **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** - Mercedes Maria da Cunha Bustamante (Titular) e **Secretaria Executiva (DPG/MMA)** – Ana Carolina Mendes dos Santos (DPG/MMA); Antonieta Carvalho Regis de Alencastro (DPG/MMA); Fernando Araujo dos Santos (DPG/MMA); Gabriel de Paula Ribeiro (DPG/MMA), Mariana Lima Henriques dos Santos (DPG/MMA); **Ouvintes:** Bernardo Mudjalieb (Emboé); Carlyne Caetano (GSS); Daniel Fidelis (Banco do Brasil); Jéssica Galdino (Emboé); Jonathan Silva (Marinelo Advogados); Rodrigo Cunha (Banco do Brasil); Tiago Almeida Marques (RDK). **I - Abertura da 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – CG-FNRB.** A Presidência do Comitê, após verificação de quórum de instalação de reunião e constatando o seu atingimento, iniciou os trabalhos realizando a Abertura da 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (CG-FNRB) desejando boas-vindas aos presentes e procedendo com o tópico 1. **Apresentação de Membros, titulares e suplentes, de acordo com o art. 97 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016**, dos seguintes órgãos: **Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA:** titular: Valéria Burmeister Martins; primeira suplente: Marcus Vinicius Segurado Coelho; e segundo suplente: Fabrício Santana Santos. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS:** titular: Naiara Andreoli Bittencourt; primeiro suplente: Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata; e segundo suplente: Myriam Cyntia Cesar de Oliveira. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF:** titular: Lidenilson Sousa da Silva; primeiro suplente: Oscar Alan Gomes dos Santos; segundo suplente: Vago. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF:** titular: Elizete Maria da Silva; primeiro suplente: Maria da Aparecida Geffer; segundo suplente: Vago. **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC:** titular: Mercedes Maria da Cunha Bustamante; primeira suplente: Laila Salmen Espindola; e segundo suplente: Ricardo Bomfim Machado. **II - Instalação dos Trabalhos** na sequência passando o tópico **2. Leitura e Aprovação da**

**Pauta da 20ª Reunião Ordinária.** Após leitura do documento, foi aberta a palavra para manifestações. O Sr. Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF) sugeriu que o item referente à segunda edição do Prêmio Guardiões da Sociobiodiversidade pudesse contemplar também encaminhamentos relativos à organização dos trabalhos. A Sra. Ana Luiza Assis (MMA), na qualidade de presidente da reunião, acolheu a sugestão, informando que tais encaminhamentos poderiam ser tratados no referido ponto de pauta. Não havendo outras solicitações de alteração, a pauta foi colocada em votação. Votaram favoravelmente à aprovação da pauta: Ana Luiza Assis (MMA); Naiara Bittencourt (MDS); Amanda Santos (FUNAI); Natália Brayner (IPHAN); Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa (CONDRAF); Elizete Maria (CONDRAF); Julião Pankararu (CNPI) e Mercedes Bustamante (SBPC). A pauta foi aprovada com 9 (nove) votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. **III - Ordem do Dia.** Passou-se então para o item **9. (antecipado). Informe sobre a criação das contas do FNRB no Banco do Brasil.** A Sra. Ana Luiza Assis (MMA) contextualizou a transição da gestão financeira do Fundo, anteriormente realizada pelo BNDES, para o Banco do Brasil. Em seguida, o Sr. Daniel Fidelis (Banco do Brasil) apresentou o panorama da gestão financeira do Fundo, informando o saldo aproximado de R\$ 12,5 milhões, com incremento de cerca de 7% no período de maio de 2025 até o momento. Informou ainda que os recursos estão organizados em quatro contas, conforme origem e destinação, com aplicação atrelada à taxa SELIC, e que estão sendo implementadas soluções para automatização da arrecadação e ampliação da transparência, incluindo acesso direto às informações pelos membros. Na sequência, a Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) manifestou preocupação quanto à natureza das aplicações financeiras, ressaltando a necessidade de alinhamento com os objetivos de conservação da biodiversidade, e sugeriu maior transparência nas informações prestadas pela instituição financeira. O Sr. Daniel Fidelis (Banco do Brasil) esclareceu que há previsão de migração para títulos públicos, garantindo aderência às diretrizes do Fundo. A Sra. Ana Luiza Assis (MMA) destacou que o rendimento mínimo atrelado à SELIC está previsto na legislação e apoiou a sugestão de maior transparência. O Sr. Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF) ressaltou a importância de estratégias para ampliação da arrecadação do Fundo, ao que o Sr. Daniel (Banco do Brasil) informou que estão em desenvolvimento ações de captação e facilitação dos mecanismos de arrecadação, comprometendo-se a trazer atualizações futuras. Não havendo outras manifestações, passou-se ao próximo item da pauta. **4. Apresentação das Ações Estratégicas do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios pela Emboé. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** A Sra. Jéssica Galdino (EMBOÉ) apresentou a proposta de planejamento estratégico do FNRB para o período de 2025 a 2028, elaborada a partir de diagnóstico previamente realizado junto aos membros do Comitê. Destacou a definição da identidade organizacional do Fundo, incluindo missão voltada à valorização do patrimônio genético, dos conhecimentos tradicionais e da biodiversidade, com promoção do uso sustentável e contribuição para a justiça climática, bem como a consolidação de valores como transparência, participação social e justiça socioambiental. Apresentou ainda o mapa estratégico estruturado em três dimensões — aprendizado, processos e resultados — com objetivos como aprimoramento da governança, desenvolvimento de soluções tecnológicas, aperfeiçoamento da comunicação, operacionalização de recursos, mobilização de recursos e monitoramento de impactos. Informou que as ações foram organizadas por semestre de 2025 até 2028, incluindo, entre outras, a implementação de sistema de gestão eletrônica de projetos, lançamento de editais e instrumentos de apoio, criação do Atlas de Oportunidades para captação de recursos, realização de campanhas educativas para repartição de benefícios, estruturação de mecanismos de captação e articulação para que o FNRB possa vir a atuar como operador do Fundo Cali no Brasil. Destacou, por fim, a definição de metas quantitativas e qualitativas, incluindo a operacionalização de instrumentos de apoio, mobilização de recursos externos e realização de avaliação de impacto do Fundo. Aberta a palavra, a Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) sugeriu ajustes conceituais na missão e nos valores, com inclusão explícita da dimensão da justiça social, além de destacar a necessidade de maior robustez institucional do Fundo diante de possíveis mudanças no contexto político, com atenção aos instrumentos normativos e à segurança jurídica. O Sr. Konmannanjy (CNPCT) ressaltou a importância de incorporar referências aos conhecimentos ancestrais e aos territórios tradicionais na formulação da missão, além de levantar preocupações quanto à adoção de critérios por bioma. A Sra. Julião Pankararu (CNPI) destacou a necessidade de maior precisão conceitual em termos como “sustentabilidade”, bem como a importância de incorporar perspectivas territoriais, conhecimentos tradicionais e mecanismos de financiamento direto às comunidades, incluindo articulações com outras agendas, como mudança do clima. O Sr. Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF) mencionou a preocupação em reportar ao CGEN as questões apresentadas, enfatizou a necessidade de revisão de conceitos utilizados, especialmente aqueles associados a abordagens

mais corporativas, e destacou a importância de construção de uma visão estratégica de longo prazo para o Fundo, bem como o aprofundamento do debate sobre critérios por bioma. A Sra. Ana Luiza Assis (MMA) ressaltou a relevância das contribuições apresentadas, destacou que o desenho do Fundo Cali ainda está em negociação nas instâncias internacionais, sendo este um momento estratégico para incidência brasileira, e indicou a construção de mecanismos de articulação entre os dois fundos, incluindo o reconhecimento mútuo de obrigações de repartição de benefícios e potenciais fluxos financeiros entre eles. Por fim, lembrou que a robustez dos arranjos de governança do FNRB, ancorados no Comitê Gestor, é elemento central para assegurar segurança jurídica, legitimidade democrática e estabilidade do Fundo frente a mudanças de contexto político. E, nesse sentido, ressaltou a importância da indicação da representação indígena e suas suplências pelo CNPI para completar a composição do Comitê Gestor do FNRB, que ainda não feita até o presente. Ao final, a Sra. Jéssica Galdino (EMBOÉ) agradeceu as contribuições e informou que os apontamentos serão incorporados na revisão do documento. Não havendo outras manifestações, passou-se ao item seguinte da pauta. **5. Análise e deliberação sobre proposta de Resolução que altera o Manual de Operações para inclusão de previsão de Auditoria Externa. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** A Sra. Ana Luiza Assis (MMA) apresentou a proposta, informando que se trata da inclusão de dispositivo no item 28 do Manual de Operações, prevendo a realização de auditoria externa com base na metodologia de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a norma NBC TSC 4400/2022 do Conselho Federal de Contabilidade. Destacou que a proposta foi construída em conjunto com as equipes técnicas do MMA e do Banco do Brasil, considerando as especificidades do Fundo, e que contempla, entre outros aspectos, a verificação da compatibilidade entre saldos contábeis e extratos bancários, a conferência das movimentações financeiras e a análise da documentação de suporte, incluindo as decisões do Comitê Gestor. Informou ainda que foram recebidas contribuições do Sr. Sérgio Ferrão (Ministério da Fazenda), destacando, como principal ponto de mérito, a sugestão de inclusão de prazo para encaminhamento do parecer de auditoria à Secretaria Executiva do Comitê Gestor. Aberta a palavra, a Sra. Amanda Bartolomeu Santos (FUNAI) manifestou concordância com a importância da definição de prazo, ressaltando, contudo, não possuir elementos suficientes para avaliar qual seria o período mais adequado, sugerindo que a proposta apresentada fosse considerada. Em seguida, a Sra. Ana Luiza Assis (MMA) avaliou como razoável o prazo de 30 (trinta) dias após a emissão do parecer de auditoria para seu encaminhamento. Não havendo outras manifestações, a proposta foi colocada em votação. Votaram favoravelmente à aprovação da resolução: Ana Luiza Assis (MMA); Naiara Bittencourt (MDS); Amanda Bartolomeu Santos (FUNAI); Natália Brayner (IPHAN); Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF); Elizete Maria da Silva (CONDRAF); Julião Pankararu (CNPI) e Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC). A resolução foi aprovada com 9 (nove) votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Passou-se para o tópico **6. Análise e deliberação sobre proposta de Edital para apoio à conservação ex situ e on farm. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** Na sequência, foi apresentada a proposta de edital para apoio à conservação *ex situ* e *on farm*, e aberto o espaço para manifestações dos membros. Sra. Natália Guerra Brayner (IPHAN) manifestou preocupação com a ausência de definição clara sobre o reconhecimento de coleções, alertando que as dificuldades já enfrentadas no credenciamento poderiam se reproduzir no edital e recair sobre a Comissão de Seleção. O Sr. Raimundo Nonato Pereira da Silva (CNPCT) reforçou essa preocupação, destacando o risco de judicialização, enquanto a Sra. Elizete Maria da Silva (Condraf) apontou impactos negativos do uso de sementes transgênicas. Como encaminhamento, a Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) propôs a separação dos editais (coleções científicas e iniciativas comunitárias), com adoção de critérios mais objetivos e possível referência futura à Política Nacional de Coleções Científicas. A proposta foi acolhida por consenso, com manutenção dos valores previamente aprovados (18ª reunião). Por fim, a Sra. Ana Luiza encaminhou a formação de grupos de trabalho para o aperfeiçoamento dos editais. A Sra Mercedes Maria da Cunha Bustamante, a Sra. Natália Brayner (IPHAN) e o Sr. Bruno Cesar Prosdocimi Nunes (MCTI) voluntariaram-se para participar das discussões, com articulação junto à Câmara Setorial da Academia, do tema das coleções científicas. A Sra. Naiara Bittencourt (MDS), a Sra. Julião Pankararu (CNPI) e o Sr. Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF) manifestaram interesse nas discussões voltadas aos bancos populares de sementes e aos herbários populares. **7. Análise e deliberação sobre proposta de Resolução que inclui o Atlas de Oportunidades no capítulo de Demandas Espontâneas do Manual de Operações. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** Na sequência, foi apresentada a proposta de resolução que inclui o Atlas de Oportunidades no capítulo de demandas espontâneas do Manual de Operações. A Sra. Ana Luiza Assis esclareceu que a ideia é o Atlas incluir

propostas classificadas e não premiadas (mediante consulta às organizações proponentes para confirmação de interesse e verificação da atualidade das propostas), com previsão de recursos para demandas espontâneas no Plano Operativo Quadrienal. Votaram favoravelmente à aprovação da resolução: Ana Luiza Assis (MMA); Naiara Bittencourt (MDS); Bruno Cesar Prosdocimi Nunes (MCTI); Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF); Elizete Maria da Silva (CONDRAF); Julião Pankararu (CNPI); Antônio Adevaldo Dias da Costa (CONSEA) e Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC). A proposta foi aprovada por unanimidade, com 9 (nove) votos favoráveis, sem abstenções e sem votos contrários. **IV. Assuntos de Ordem Geral. 8. Informe sobre a 2ª Edição do Prêmio Guardiães da Sociobiodiversidade.** A Secretaria Executiva informou que a 2ª edição do Prêmio recebeu 323 inscrições, com aumento significativo em relação à edição anterior, destacando a adoção de sistema eletrônico de inscrição, que contribuiu para a redução das eliminações na triagem. Foram apresentadas as etapas do processo seletivo e as ações de comunicação realizadas, informando que a triagem ainda está em andamento e que dados detalhados serão posteriormente disponibilizados, incluindo triagem, análise pela Comissão de Seleção, fases recursais, resultado final, premiação e prestação de contas. Também foi destacada a estratégia de comunicação adotada, com uso de redes sociais, meios institucionais e ações de orientação aos proponentes. **10. Palavra Aberta aos Membros.** A Sra. Natália Guerra Brayner (IPHAN) informou que, no ano de 2025, o IPHAN foi formalmente reconhecido como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), passando a integrar, no âmbito do Ministério da Cultura, o conjunto de instituições com esse status, ao lado da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Destacou que esse reconhecimento amplia as possibilidades institucionais do IPHAN, especialmente no que se refere à celebração de parcerias com fundações de apoio para a gestão de recursos e projetos, fortalecendo sua capacidade operacional e abrindo novas oportunidades de atuação e articulação no campo da pesquisa, inovação e gestão. **11. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência deu por encerrada a reunião.

Brasília, 20 de maio de 2026.

## CARINA MENDONÇA PIMENTA

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **Carina Mendonça Pimenta, Secretário(a)**, em 22/05/2026, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2296746** e o código CRC **50083732**.